

ANA CAROLINA HOHMANN



**DIREITO
ADMINISTRATIVO
GLOBAL E DESENVOLVIMENTO**

Ingresso de IED em infraestrutura no Brasil

Ana Carolina Hohmann

FORUM

**DIREITO
ADMINISTRATIVO
GLOBAL E
DESENVOLVIMENTO**

**INGRESSO DE IED EM
INFRAESTRUTURA NO
BRASIL**

A presente obra propõe a recepção do Direito do investimento estrangeiro, compreendido como Direito Administrativo global, para a disciplina do investimento internacional no Brasil, como forma de estimular o ingresso de investimento estrangeiro direto em território nacional – em especial daquele destinado a projetos e obras de infraestrutura, com o escopo de fomentar o desenvolvimento. O tema adquire especial relevância dada a ausência de regulamentação brasileira específica em matéria de investimento estrangeiro e da não adesão pátria formal aos acordos de promoção e proteção recíproca de investimentos. O Direito Administrativo global vem suprir essa lacuna, ao trazer uma normatividade específica sobre a matéria – o Direito do investimento estrangeiro –, propondo sua recepção às relações Estado hospedeiro – investidor alienígena. Tal normatividade, embora não originária do Direito nacional, com este dialoga, informando-o e conferindo maior densidade à regulamentação do investimento estrangeiro. A existência de uma base normativa sólida colabora para a criação de um ambiente mais confiável para o investidor e confere maior segurança jurídica para os investimentos – fatores de grande importância em se tratando de investimentos que se prolongam por um largo período de tempo, como são aqueles relacionados à infraestrutura.

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO
PÚBLICO, DIREITO DO INVESTIMENTO.

Público-alvo/consumidores
DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL,
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO,
INFRAESTRUTURA, DIREITO INTERNACIONAL.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003567

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

| | |
|----------|--|
| H719d | Hohmann, Ana Carolina |
| | Direito administrativo global e desenvolvimento: ingresso de IED em infraestrutura no Brasil / Ana Carolina Hohmann. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 384p. ; 14,5cm x 21,5cm. |
| | Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-514-0 |
| | 1. Direito Administrativo Global. 2. Investimento estrangeiro direto. 3. Infraestrutura. 4. Direito Internacional. I. Título. |
| 2023-295 | |
| | CDD 341 CDU 341 |

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HOHMANN, Ana Carolina. *Direito administrativo global e desenvolvimento: ingresso de IED em infraestrutura no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 384p. ISBN 978-65-5518-514-0.

Ana Carolina Hohmann

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogada e consultora, leciona em cursos de graduação e pós-graduação.

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO 1 | |
| O RECONHECIMENTO DE UM DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL | 15 |
| 1.1 O surgimento do Direito Administrativo Global..... | 19 |
| 1.2 O espaço global e os atores do Direito Administrativo Global..... | 26 |
| 1.2.1 Formas de atuação dos diversos atores no espaço global | 36 |
| 1.3 Características do Direito Administrativo Global | 42 |
| 1.4 Princípios do Direito Administrativo Global | 50 |
| 1.5 A implementação, dificuldades e possibilidades do Direito Administrativo Global | 60 |
| 1.6 Conclusões preliminares | 72 |
| CAPÍTULO 2 | |
| O DIREITO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO: ESPÉCIE DE DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL..... | 75 |
| 2.1 Sobre a definição de investimento estrangeiro direto e seus elementos | 77 |
| 2.2 Fontes de Direito do Investimento Estrangeiro | 90 |
| 2.3 Os acordos para promoção e proteção recíproca de investimentos.... | 98 |
| 2.3.1 Características dos acordos de promoção e proteção recíproca de investimentos..... | 100 |
| 2.3.2 Resolução de conflitos em matéria de investimento estrangeiro: a arbitragem no Centro Internacional para a Solução de Controvérsias sobre Investimentos..... | 104 |
| 2.4 Princípios do Direito do Investimento Estrangeiro..... | 109 |
| 2.4.1 Princípio da nação mais favorecida | 111 |
| 2.4.2 Princípio do Tratamento Nacional..... | 114 |
| 2.4.3 Princípio do tratamento justo e equitativo | 119 |
| 2.4.4 Princípio da manutenção das expectativas legítimas..... | 126 |
| 2.4.5 Princípio da limitação da desapropriação | 129 |
| 2.4.6 Princípio da vedação a medidas arbitrárias e/ou discriminatórias .. | 135 |
| 2.4.7 Princípio da observância do procedimento adequado | 136 |
| 2.4.8 Princípio da motivação | 138 |
| 2.5 Dificuldades que permeiam o atual regime do Direito dos Investimentos, fundado nos APPRIs..... | 140 |
| 2.6 O Direito do Investimento Estrangeiro como Direito Administrativo Global | 149 |
| 2.7 Síntese parcial | 153 |
| CAPÍTULO 3 | |
| A BAIXA DENSIDADE NORMATIVA EM MATÉRIA DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO DIREITO BRASILEIRO..... | 157 |
| 3.1 A normatividade brasileira incidente sobre os investimentos estrangeiros diretos em território nacional..... | 157 |
| 3.2 A participação do Brasil em tratados de investimento | 171 |
| 3.2.1 Os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos firmados pelo Brasil | 183 |
| 3.3 Contexto político brasileiro e investimento estrangeiro | 192 |
| 3.4 Síntese parcial | 206 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 4 | |
| INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO, DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA | 211 |
| 4.1 Conceção de desenvolvimento | 211 |
| 4.2 Investimento estrangeiro direto e desenvolvimento | 215 |
| 4.2.1 Consequências do investimento estrangeiro direto para o desenvolvimento | 217 |
| 4.2.2 Os APPRIs e o desenvolvimento advindo do investimento estrangeiro direto | 227 |
| 4.2.3 A modulação dos APPRIs e a persecução do investimento estrangeiro de qualidade | 230 |
| 4.3 Investimento em infraestrutura e desenvolvimento | 240 |
| 4.4 Potenciais riscos a que está sujeito o investimento estrangeiro | 249 |
| 4.4.1 Aspectos políticos | 249 |
| 4.4.2 Aspectos normativos | 254 |
| 4.4.3 Poder Judiciário | 259 |
| 4.4.4 Corrupção | 262 |
| 4.5 A atração do investimento estrangeiro | 274 |
| 4.6 Síntese Parcial | 281 |
| CAPÍTULO 5 | |
| INFRAESTRUTURA NO BRASIL E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO | 283 |
| 5.1 Panorama e perspectivas da infraestrutura no Brasil | 285 |
| 5.1.1 Rodovias | 295 |
| 5.1.2 Ferrovias | 297 |
| 5.1.3 Portos e hidrovias | 299 |
| 5.1.4 Aeroportos | 301 |
| 5.1.5 Saneamento básico | 302 |
| 5.1.6 Energia elétrica | 304 |
| 5.2 Modalidades contratuais para a execução dos projetos de infraestrutura no Brasil | 305 |
| 5.3 A atração do investimento estrangeiro no Brasil – dificuldades e potenciais soluções | 318 |
| 5.4 Síntese parcial | 344 |
| CONCLUSÃO | 345 |
| REFERÊNCIAS | 355 |